

Renda Básica.

Gisele Paiva Furieri
Lorena Duarte da Silva



Who Really Stands to Win from Universal Basic Income? Disponível em: <<https://www.newyorker.com/magazine/2018/07/09/who-really-stands-to-win-from-universal-basic-income/amp>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

A grave crise sanitária relacionada à pandemia do novo coronavírus agravou a já crítica situação econômica mundial. Diversas são as consequências desse período, dentre elas podemos destacar a preocupante elevação do desemprego que impacta diretamente a vida das pessoas.

No Brasil, a desocupação já atingia altos níveis e, em 2020, isso não foi diferente. Apenas no primeiro trimestre deste ano, cerca de 1,2 milhão de trabalhadores ficaram desempregados¹⁰⁰, sendo que, neste período, as medidas de prevenção contra a pandemia estavam apenas começando. Com o avanço dos impactos do vírus na economia, a tendência é a manutenção dos altos níveis de desemprego, no Brasil e no resto do mundo. Segundo a

¹⁰⁰ GARCIA, Diego. Mais de 1,2 milhão de trabalhadores ficam desempregados no 1º trimestre. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/desemprego-vai-a-122-com-avanco-do-novo-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Organização Internacional do Trabalho (OIT), a crise econômica e trabalhista, agravada com a COVID-19, pode deixar até 25 milhões pessoas sem um fonte de renda¹⁰¹.

Essa questão não é apenas na atual conjuntura, o desemprego é fenômeno recorrente e bastante discutido. Trata-se de um problema social e coletivo, em que existem condicionantes sociais que afetam as possibilidades de pessoas serem empregadas. O desemprego tecnológico, por exemplo, tem crescido nos últimos anos e ocorre com o uso de tecnologia e de maquinário para substituir determinadas tarefas humanas. A substituição da mão-de-obra humana é parte de um cenário mundial que cresce cada vez mais e tem colocado muitas pessoas em situações precárias de trabalho. Ou seja, essa alteração é parte de um processo maior e gradual e as condições são dificilmente reversíveis.

Evidencia-se, então, um cenário caótico que se relaciona ao aumento do desemprego, tanto conjuntural, advindo da crise, como tecnológico. Nesse contexto, é preciso salientar que a taxa de desocupação representa, na verdade, a vida de inúmeras pessoas, que, no momento atual, não possuem as condições necessárias para a reprodução de suas vidas. Ao vislumbrar um futuro próximo de cada vez mais escassas oportunidades de emprego, vem à tona medidas econômicas relacionadas à transferência de renda, e, dentre elas, a denominada renda básica.

A adoção da renda básica tornou-se pauta em diversos países do mundo a partir do acirramento das condições de desigualdade e

¹⁰¹ Quase 25 milhões de empregos podem ser perdidos em todo o mundo como resultado da COVID-19. 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_738780/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 27 mai. 2020.

pobreza relacionadas à crise do coronavírus. A nível internacional, instituições, como a ONU (Organização das Nações Unidas)¹⁰², indicaram apoio à proposta e, no Brasil, o assunto ganhou força após a implementação da Renda Básica Emergencial (RBE), também conhecida como auxílio emergencial.

Inicialmente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou o recebimento de R\$ 200, durante três meses, para trabalhadores informais e autônomos. Após críticas sobre o valor, o projeto de lei aprovado garante, por 3 meses, R\$ 600 como auxílio emergencial para desempregados, autônomos, trabalhadores informais e pessoas em situação de rua.

Esse projeto de lei que garante um fluxo de recebíveis advindo do governo federal brasileiro, aprovado com a nomenclatura de RBE, suscitou diversas discussões sobre a implementação de um projeto contínuo de renda básica, também denominada renda mínima. Os projetos de renda básica consistem em sistemas de proteção social que concedem benefícios por uma renda monetária única de forma continuada com o objetivo de atenuar a pobreza e reduzir as desigualdades.

Para além da RBE nos moldes aprovados pelo legislativo, que assegura uma proteção social a curto prazo, é necessário debater projetos que apliquem essa renda a longo prazo, diante da profunda desigualdade presente na sociedade brasileira.

Existem, no entanto, diversos modos de implementação da renda mínima, os quais diferenciam-se a partir da realidade do local em que é adotada, das formas de financiamento e da abordagem teórica utilizada. Um dos programas de renda básica mais conhecidos possui como principal requisito a universalidade e, nesse sentido, recebeu o nome de Renda Básica Universal (RBU). Segundo a definição de Philippe Van Parijs, economista professor da Universidade Católica de Louvain e um dos fundadores da Rede

Europeia de Renda Básica (BIEN), a RBU é “(...) uma renda paga por uma comunidade política a todos os seus membros individualmente, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho (...) paga em dinheiro (...) de maneira regular e não como uma doação única”¹⁰³.

A RBU, apenas no Brasil, recebeu o nome de Renda Básica de Cidadania (RBC), derivado da proposta do economista e senador, Eduardo Suplicy. O projeto tornou-se a lei nº 10.835 de janeiro de 2004, que instituiu a RBC, a qual consiste “ (...) no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário”¹⁰⁴.

A RBC deveria atender todas as necessidades básicas de um indivíduo como gastos com moradia, alimentação, saúde, educação e seria universal e incondicional. Dessa forma, é perceptível como tal tema já era debatido no Brasil como proposta para mitigar o histórico de grandes desigualdades sociais presentes no país. Contudo, mesmo após tornar-se lei, o projeto de garantia de renda básica Universal nunca teve aplicação efetiva.

No que tange a implementação de uma RBU importa destacar as diferentes formas de financiamento propostas. No projeto de Suplicy, por exemplo, o custeio ocorreria pela criação de um fundo composto por parcelas dos aluguéis de imóveis da União, programas de desestatização, royalties de exploração de fundos da União, entre outros¹⁰⁵. Já para a economista Mônica de Bolle, a adoção de uma renda básica Universal passa por uma ampla reforma tributária que promova um maior grau

¹⁰² COVID-19: ONU defende renda básica universal para combater desigualdade crescente. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/covid-19-onu-defende-renda-basica-univers-al-para-combater-desigualdade-crescente/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

¹⁰³ VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014-2000000300017>. Acesso em: 24 mai. 2020.

¹⁰⁴ BRASIL. Lei N. 10.835, de 08 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.835.htm>. Acesso em: 24 mai. 2020.

¹⁰⁵ MENA, Fernanda. 'Tudo indica que vou viver para ver a renda básica implementada', diz Eduardo Suplicy. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/tudo-indica-que-vou-viver-para-ver-a-renda-basica-implementada-diz-eduardo-suplicy.shtml>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

de progressividade sobre a tributação de renda e patrimônio, ou seja, a garantia de alíquotas de tributação mais elevadas de acordo com o aumento dos ganhos. Há aqueles que apostam no recurso advindo de novos impostos como a tributação de robôs¹⁰⁶, que em um futuro próximo substituirão diversos trabalhadores, nos recursos do fim de incentivos fiscais para combustíveis fósseis, entre outras propostas.

Outro projeto de renda mínima que possui muita relevância é a do economista liberal Milton Friedman que defendeu a implementação de um programa de imposto de renda negativo (IRN). Segundo o próprio autor, “(...) a proposta estabelece um sistema em que serão pagos impostos por alguns para subvencionar outros”¹⁰⁷. Diferentemente da RBU, que é incondicional e transfere o mesmo valor a todos os indivíduos, o imposto de renda negativo garantiria que todos atingissem o patamar de uma renda mínima estabelecida pela comunidade, a partir de porcentagens de subsídio que poderiam ser graduadas da mesma forma que as do imposto de renda, o que mitigaria o problema da pobreza, segundo Friedman.

Diversas são as perspectivas sobre a finalidade da implementação de um programa de renda básica. Para alguns, a renda mínima concederia mais liberdade aos indivíduos, os quais poderiam escolher onde gastar os recursos. Outros apostam, principalmente, na redução das desigualdades. Também são debatidas discordâncias sobre até onde iria a manutenção de serviços prestados diretamente pelo Estado diante da garantia de uma renda mesmo que mínima à população.

As propostas de projetos de renda básica são diversas e divergentes, sendo inegável, porém, a necessidade de um debate sobre o tema, já que esse apresenta um potencial importantíssimo diante de uma tendência de diminuição dos postos de trabalho que acirrará as desigualdades e a pobreza. Tais projetos

devem promover a proteção social e garantir o direito ao acesso a serviços como saúde e educação, os quais asseguram condições de vida adequadas para todos.

¹⁰⁶ Por que empresários como Bill Gates defendem a cobrança de impostos sobre robôs. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48668181>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

¹⁰⁷ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.